

Formação de empreendimentos produtivos no âmbito das Políticas Públicas*

Formation of productive enterprises in the context of Public Policies

Relato de Experiência

R esumo

Este texto apresenta o resultado do acompanhamento do processo de formação profissional e desenvolvimento de um empreendimento produtivo no período de janeiro a julho de 2001. Tal empreendimento surgiu através de um projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis e foi viabilizado pela Divisão de Capacitação Profissional – órgão público responsável pelas ações de geração de trabalho e renda do município.

Palavras-chave: empreendimentos produtivos, Políticas Públicas, geração de trabalho e renda.

A bstract

This article presents the results of the follow-up process of the professional qualification and development of a productive enterprise from January to July 2001. Such an enterprise arose from a project designed by the “Prefeitura Municipal de Florianópolis” (Florianópolis City Hall) and was carried out by the “Divisão de Capacitação Profissional” (Professional Qualification Division) – the public organ responsible for work and income generation in the municipality.

Key words: productive enterprises, Public Policies, work and income generation.

Simone Passos

Assistente Social.

* Extraído do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina.

O projeto e o seu contexto

 Projeto Geravida – Geração de Renda e Valorização da Vida – não é um projeto nos moldes “clássicos” do termo. Consiste em uma articulação de iniciativas e interlocução entre a Prefeitura Municipal com instituições governamentais e não-governamentais. Além disso, trata-se de um projeto que integra vários sub-projetos. Como estratégia, prioriza o estabelecimento de parcerias intersetoriais (internas ao executivo municipal) e de parcerias com instituições e segmentos sociais diversos.

O subprojeto geração de trabalho e renda – Grupo de Produção em artigos de crochê e tricô – NAUA, formado no Conjunto Habitacional Via Expressa, no bairro Abraão, em Florianópolis, é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis-PMF. Insere-se no conjunto de ações desenvolvidas a partir da realização do projeto de desfavelização e reassentamento, no Conjunto Habitacional, das famílias moradoras às margens da Via Expressa. Constatou-se que o problema não estava somente na questão habitacional, mas em um conjunto de outras mazelas que se expressam no cotidiano da população pobre.

Verificou-se que a maioria dos moradores não possuía qualificação profissional e muitos eram analfabetos, desempregados, favorecendo a prática do tráfico de drogas, a violência e a prostituição. Muitas dessas famílias eram dependentes de doações de organizações de assistência social ou de iniciativas privadas. Outras, em grande número, estavam inadimplentes, não só em relação às prestações dos apartamentos do conjunto habitacional, mas também em relação às contas de água e luz. A ocupação irregular desses imóveis foi outro problema detectado, com pouca ou nenhuma documentação em nome do residente. Houve, ainda, casos de de-

predação dos imóveis e roubos dentro do condomínio.

Por esse contexto, concluiu-se que o problema habitacional não se resolve apenas com casa para morar. Vai muito além, partindo do despreparo das famílias para se adequarem aos espaços e ao convívio em apartamentos. Outro problema, somado a esses, foi o número insuficiente de vagas em creches e escolas públicas na região, para atender a demanda. Em decorrência das condições de pobreza, acentua-se a mendicância pelo bairro.

Com esse cenário, onde a situação de pobreza dos moradores saltava aos olhos de todos, os representantes da Cooperativa de Habitação-COHAB, em setembro de 2000, propõem, com a presença de vários profissionais da área social, intervir na comunidade.

A partir de então inicia-se, junto à comunidade do Conjunto Habitacional Via Expressa, o Subprojeto Geração de Emprego e Renda, com objetivo de desenvolver ações de geração de renda, através de qualificação profissional, estímulo à criação de empreendimentos produtivos e de encaminhamento ao mercado de trabalho, visando o aumento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida de seus participantes.

Da capacitação ao desenvolvimento – o processo de formação do Grupo de Produção

O Subprojeto Geração de Emprego e Renda teve o seu início com um curso de capacitação em produção de artigos de tricô e crochê. O processo de mobilização das participantes aconteceu com a entrega de “mosquitinhos” (pequenos bilhetes) em todos os apartamentos do conjunto e por meio de cartazes afixados em pontos-chave do condomínio. Após in-

tensos esforços da equipe do subprojeto, foram obtidas 22 inscrições de alunas.

Ao término do curso, a equipe da Divisão de Capacitação Profissional, da Prefeitura Municipal, formada por duas assistente sociais, um técnico em assessoramento de Empreendimentos Produtivos e uma estagiária de Serviço Social, iniciou um trabalho de incentivo à formação de um Grupo de Produção. Das 22 integrantes do curso, 18 aceitaram integrar-se a esse Grupo, que passou a ser, então, composto por mulheres com idades variadas e, em maioria, sem saber ler nem escrever.

De modo provisório, e por tempo indeterminado, o grupo conseguiu permissão para permanecer no prédio do centro comunitário da própria comunidade, em alguns horários pré-determinados. Isso facilitou o trabalho e a união do grupo, pois a proximidade de suas residências permitia-lhe trazerem seus filhos ainda bebês. O grupo iniciou suas atividades produtivas no início de janeiro de 2001, reunindo-se duas vezes por semana, em dias alternados.

No dia-a-dia da realização das suas atividades o grupo precisou enfrentar inúmeros desafios e dificuldades. Uma das primeiras foi em relação à compra de matéria-prima. Sem capital inicial, as primeiras produções foram confeccionadas com sobras do curso e com material de doações.

Após algum tempo com o aperfeiçoamento da mão-de-obra e com matéria-prima de melhor qualidade, conseguida através do Fundo Municipal de Assistência Social, o grupo se preparou para entrar no mercado de trabalho, mas tem de enfrentar outro tipo de dificuldade: como escoar a produção? A luta por um ponto de venda durou algum tempo; após muitas caminhadas e por intermédio da equipe da PMF, no mês de março de 2001, o grupo conseguiu um ponto situado na Casa do Artesão, localizada no largo da Alfândega, no centro da capital.

Ainda, mesmo após a obtenção do ponto de venda, subsistiam diversas dificuldades. O grupo necessitava de um vendedor, havia indisponibilidade das mães, por falta de vagas na creche, e em decorrência do analfabetismo. Foi contratado um vendedor, que recebia comissão pelas vendas, mas esse arranjo não vigorou por muito tempo, pois as vendas insatisfatórias não permitiam arcar com o ônus. Tentou-se que cada uma contribuísse com um percentual para o pagamento do vendedor, mas na data da arrecadação a maioria não tinha o dinheiro. Diante dessas dificuldades, tudo voltava ao início e era necessário reavaliar, para buscar nova solução para o problema.

Iniciou-se então um rodízio entre as artesãs que não tinham filhos e aquelas que podiam deixar seus filhos com alguém. Nesse momento foi possível perceber a presença e a importância da solidariedade e da união dentro de um grupo, as mães revezam-se no cuidados das crianças umas das outras. E assim foram produzindo e vendendo. As vendas ainda não eram satisfatórias mas, segundo o depoimento de uma artesã, era um dinheiro a mais que entrava, além de ser dignificante vender algo produzido por elas; era uma forma de reconhecimento do seu trabalho. Mesmo assim, muitas desistiram para buscar fora do grupo outras alternativas de subsistência. O alto índice de evasão e rotatividade entre as participantes representava outro fator de grande dificuldade. A cada nova integrante, tornava-se necessário retomar o trabalho, desde a parte técnica, artesanal, até o trabalho pedagógico.

Como o objetivo do projeto era a formação de um grupo autogerido, buscava-se repassar todas as atividades do grupo a todas as integrantes, mas essa atitude encontrava pouca ressonância: somente a minoria participava. Esse era um outro problema enfrentado pelo grupo e pela equipe responsável pelo subprojeto.

Além da Casa do Artesão, outro ponto de vendas foi conseguido. Tratava-se de um estande do Camelódromo Cidade de Florianópolis. Esse ponto de vendas já estava cedido pela PMF à Cooperativa do vestuário-COPVEST, resultado também de um projeto da Divisão de Capacitação Profissional. A cooperativa e o grupo de produção passaram a dividir o espaço, sendo que o grupo de produção deixava as peças para que membros da cooperativa efetuassem as vendas, recebendo por isso 15% sobre total vendido.

A partir desse momento, o grupo começou a ter um rendimento maior nas suas vendas.

Ainda assim, a participação era uma questão que preocupava algumas integrantes do grupo e também a equipe de apoio da PMF. Durante um processo longo de observação, percebeu-se alguns dos motivos que contribuíam para essa não-participação: a baixa auto-estima das integrantes, devido principalmente ao fato de não saberem ler; a falta de visão política, muitas achavam-se responsáveis somente pela produção, não se interessando por outros aspectos.

O grupo levou algum tempo para encontrar seu caminho. Contribuiu para isso a tardia eleição da coordenadora, pois de início notava-se a presença de lideranças opostas, além da pouca integração entre os participantes que, por serem em grande número, fragmentavam-se em pequenos grupos.

Com o passar do tempo, com o pouco retorno pecuniário, algumas integrantes, entre elas algumas líderes, foram desistindo, o que propiciou à coordenação, mesmo entre muitas discussões, assumir o seu papel, em 20 de junho de 2001. Em relação a isso, Demo (1996, p. 73) coloca que

é natural que assim se comece, onde nunca se discutiram os problemas em comum, o primeiro impacto será desordenado e o processo de eleição

também será complexo e frágil, demorando muito até se obterem fórmulas aceitas em comum e respeitadas.

A partir da eleição da coordenadora, o grupo se tornou mais forte, com seus objetivos mais claros, demonstrando vontade de lutar. Nesse momento, foi possível perceber a importância de uma liderança no grupo, pois o repasse das informações se tornava bem mais fácil: uma vez que a cultura e a linguagem eram as mesmas, a informação parecia ser melhor recebida.

A força da coordenadora se tornou maior com a participação no 1º Colóquio da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC sobre Gestão de Empreendimentos de Base Comunitária, promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Organizações de Políticas Sociais-NESSOP, do Departamento de Serviço Social. Esse evento teve como objetivo a troca de experiências vivenciadas por vários empreendimentos. A coordenadora repassava ao grupo as informações, as experiências e os conhecimentos trocados durante o colóquio, aumentando cada vez mais os entendimentos sobre o processo de construção do grupo.

Esses projetos, que têm o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda em comunidades carentes, são muito importantes para que essas pessoas com pouca de instrução e excluídas do mercado de trabalho tenham chance de participar, trabalhar e gerar renda. Para atingir as metas a consciência e a força de vontade têm que ser muito grandes por parte dos membros da comunidade e o trabalho da equipe de apoio deve ser constante, principalmente no início, onde aparecem as maiores barreiras, relativas a questões de participação e financeiras.

A experiência vivida pelo grupo, ainda que com avanços e recuos, tem aos poucos se constituído numa alternativa capaz de gerar renda para seus

integrantes dentro de uma proposta de economia social, o que possibilita a construção de uma sociedade mais digna, humana e democrática, com possibilidades para todos.

A forma de trabalho também propiciou condições de melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas, ao substituir o individualismo por uma solidariedade produtiva.

Em que pese o esforço da equipe e das integrantes do grupo para se autogerirem e atingir a sustentação do projeto, foi necessária a associação de esforços entre o poder público e segmentos da sociedade. A realidade social e econômica das participantes, suas condições de pobreza, oferecem poucas possibilidades de solução através do projeto em um curto espaço de tempo.

Entretanto, apesar de encontrar dificuldades e de algumas debilidades (como por exemplo em relação ao crédito para compra de matéria-prima e a necessidade de expansão das vendas, entre outras) a luta é grande na tentativa de superá-las e manter a continuidade.

A ação profissional do Serviço Social junto ao grupo de produção

A atuação direta do profissional de Serviço Social sobre o grupo de produção foi de suma importância no seu desenvolvimento, sendo marcado por um processo de educação popular, baseado em um trabalho pedagógico com propósito de motivar para uma participação ativa, “não domesticando, mas incentivando o desenvolvimento das potencialidades do educando, ou, mais propriamente, não visando formar discípulos, mas sim mestres”. (DEMO, 1996, p. 144).

O trabalho desenvolvido no grupo de produção tinha como pressuposto básico a geração de trabalho e

renda para que as artesãs pudessem se auto-sustentar.

O objetivo principal do profissional de Serviço Social esteve vinculado à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, dando enfoque ao exercício da cidadania. Através de ações socioeducativas, com o estímulo à participação, à ação, os membros do grupo, como resultado de todo o processo, passariam a sentir-se sujeitos de suas histórias. A questão da participação foi encarada com muita seriedade, pois observou-se que a alienação política somada às carências materiais trazia como resultado uma cidadania precária.

O apoio, a motivação e a assessoria ao grupo couberam ao assistente social, e esse precisou sugerir, discutir e defender pontos de vista, mas não impor, nem comandar. Ou seja, o papel do agente mobilizador teria de ser de apoio, não de tutela. O primeiro passo para isso seria dar condições para que o sujeito em questão pudesse exercer o direito de ter um trabalho digno e dele tirar seu sustento.

Através da atenção direta, utilizando abordagens grupais e individuais, o profissional de Serviço Social realizou sua ação e, como qualquer profissional, utilizou-se de técnicas, instrumentais e meios de agir profissionalmente, elementos que compõem sua intervenção técnico-operativa.

Além dos instrumentos técnico-operativos, o assistente social se valeu de instrumentos teóricos-metodológicos, que se constituem em importante fonte de compreensão da realidade.

A utilização das experiências, dos métodos e dos instrumentos que fazem parte do trabalho do Serviço Social foi de suma importância nesse projeto com ações na área social, devido ao modo como foram postos em prática. Até mesmo sob a ótica do direito, as ações consideraram a realidade social de inserção do sujeito e as demandas por ele apresentadas.

Através de todo o processo, do incentivo a discussões e a reflexões, o sujeito, sobre quem estavam concentradas as ações, percebeu-se como agente de transformação de sua realidade, demonstrando que através da educação e da sensibilização popular será possível minimizar os impactos da desigualdade social e da diminuição de direitos, que tendem a se agravar a cada dia.

Recebido em 29/04/02. Aceito em 03/06/02

Referências

- COHAB/SC-Companhia de Habitação de Santa Catarina. *Projeto Geração de Renda e Valorização da Vida*. Florianópolis, 2000.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*, 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PASSOS, Simone. *Formação de empreendimentos produtivos no âmbito da política: relato de uma experiência*. Abr./2002. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. *Sub-projeto de geração de emprego e renda*. Florianópolis, 2000.

Simone Passos

Rua N.S. de Fátima, 639
Areias do Morro das Pedras
Florianópolis-SC
Telefone: (48) 9992 5130
e-mail: sipassos@yahoo.com.br